

**UM PÉ DENTRO, UM PÉ FORA: MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO
VOLUNTÁRIO E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO
DA PARAÍBA**

**ONE FOOT IN, ONE FOOT OUT: VOLUNTEER MOTIVATION AND CITIZENSHIP
PRACTICES IN PARAÍBA'S PARTICIPATORY BUDGETING**

**UN PIE DENTRO, UN PIE FUERA: MOTIVACIÓN PARA EL TRABAJO
VOLUNTARIO Y PRÁCTICAS DE CIUDADANÍA EN EL PRESUPUESTO
DEMOCRÁTICO DE PARAÍBA**

Arielly Carla Souza Silvestre

Mestre em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração
(PPGA/UFPB), Brasil
E-mail: ariellycssilvestre@gmail.com

Carlos Eduardo Cavalcante

Doutor em Administração, Professor (PPGA/UFPB), Brasil
E-mail: cavalcanteeduardo@gmail.com

Resumo

A literatura sobre participação cidadã em conselhos e orçamentos participativos reconhece o papel central do trabalho voluntário na sustentação desses arranjos, mas ainda discute quais perfis motivacionais de fato ajudam a transformar presença em práticas mais estáveis de cidadania. Este artigo investiga as relações entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB), a partir da comparação entre dois estudos transversais realizados em momentos equivalentes do ciclo participativo: ingresso e conclusão de mandato. O estudo deriva de uma dissertação de mestrado em Administração e articula referenciais sobre motivação voluntária (Cavalcante, 2012, 2016) e práticas de cidadania (Caldas, 2020). São utilizados dois bancos de dados independentes: (i) a base de

Leite (2023), com 245 conselheiros que atuaram nos Conselhos Regionais do ODE-PB entre 2020 e 2022, representando o ingresso no mandato, e (ii) a base de Silvestre (2024), com 200 conselheiros de ciclo posterior, representando a conclusão do mandato. Em ambos os estudos foram aplicadas escalas validadas de motivação para o trabalho voluntário e de práticas de cidadania, com recurso à análise fatorial confirmatória e à modelagem de equações estruturais estimadas separadamente para cada base. Os resultados apontam que motivos valorativos e de compreensão mantêm associações mais consistentes com práticas de cidadania social e política do que motivações estritamente instrumentais, sobretudo entre conselheiros em conclusão de mandato. Dimensões afiliativas e identitárias, por sua vez, mostram-se mais sensíveis ao contexto e às condições institucionais do ODE-PB. Conclui-se que a consolidação de práticas de cidadania exige arranjos institucionais capazes de sustentar, ao longo do tempo, motivações orientadas ao bem comum e à justiça, para além de incentivos imediatos, mesmo que os dados aqui analisados não acompanhem longitudinalmente os mesmos indivíduos.

Palavras-chave: motivação; trabalho voluntário; práticas de cidadania; orçamento participativo; participação política.

Abstract

Research on citizen participation in councils and participatory budgeting highlights the importance of volunteer work for keeping these arrangements alive, but there is still debate about which types of motivation actually help convert participation into more stable citizenship practices. This article examines the relationships between volunteer motivation and citizenship practices among councilors of Paraíba's Participatory Budgeting Program (ODE-PB), comparing two cross-sectional studies conducted at equivalent stages of the participatory cycle: entry and end of the mandate. The study derives from a Master's dissertation in Administration and brings together theoretical frameworks on volunteer motivation (Cavalcante, 2012, 2016) and citizenship practices (Caldas, 2020). Two independent datasets are used: (i) Leite's (2023) database, with 245 councilors who served on ODE-PB regional councils between 2020 and 2022, representing entry into the mandate, and (ii) Silvestre's (2024) database, with 200 councilors from a subsequent cycle, representing the end of the mandate. In both studies, validated scales of volunteer motivation and citizenship practices were applied, followed by confirmatory factor analysis and structural equation modeling estimated separately for each sample. The results show that value-expressive and understanding motives have stronger and more consistent associations with social and political citizenship practices than purely instrumental motives, especially among councilors at the end of their mandates. Affiliative and identity dimensions remain more sensitive to contextual and institutional features of ODE-PB. The study concludes that consolidating citizenship practices requires institutional arrangements capable of sustaining motivations oriented toward the common good and justice beyond immediate incentives, even though the datasets analyzed here do not track the

same individuals over time.

Keywords: motivation; volunteer work; citizenship practices; participatory budgeting; political participation.

Resumen

La literatura sobre participación ciudadana en consejos y presupuestos participativos señala la importancia del trabajo voluntario para sostener estos arreglos, pero persiste el debate sobre qué tipos de motivación favorecen la transformación de la participación en prácticas más estables de ciudadanía. Este artículo analiza las relaciones entre la motivación para el trabajo voluntario y las prácticas de ciudadanía entre consejeros del Presupuesto Democrático Estatal de Paraíba (ODE-PB), comparando dos estudios transversales realizados en momentos equivalentes del ciclo participativo: ingreso y conclusión del mandato. El estudio deriva de una disertación de maestría en Administración y articula marcos teóricos sobre motivación voluntaria (Cavalcante, 2012, 2016) y prácticas de ciudadanía (Caldas, 2020). Se utilizaron dos bases de datos independientes: (i) la base de Leite (2023), con 245 consejeros que actuaron en los consejos regionales del ODE-PB entre 2020 y 2022, representando el ingreso al mandato, y (ii) la base de Silvestre (2024), compuesta por 200 consejeros de un ciclo posterior, representando la conclusión del mandato. En ambos estudios se aplicaron escalas validadas de motivación para el trabajo voluntario y de prácticas de ciudadanía, seguidas de análisis factorial confirmatorio y modelado de ecuaciones estructurales estimados por separado para cada muestra. Los resultados indican que los motivos valorativos y de comprensión presentan asociaciones más robustas con las prácticas de ciudadanía social y política que las motivaciones estrictamente instrumentales, especialmente entre consejeros al final del mandato. A su vez, las dimensiones afiliativas e identitarias se muestran sensibles al contexto y a las condiciones institucionales del ODE-PB. Se concluye que la consolidación de prácticas de ciudadanía exige arreglos institucionales capaces de sostener, a lo largo del tiempo, motivaciones orientadas al bien común y a la justicia, más allá de incentivos inmediatos, aunque los datos analizados no sigan longitudinalmente a los mismos individuos.

Palabras clave: motivación; trabajo voluntario; prácticas de ciudadanía; presupuesto participativo; participación política.

1. Introdução

A consolidação de espaços participativos no setor público brasileiro, como conselhos de políticas públicas e experiências de orçamento participativo, depende da disposição de cidadãos em atuar voluntariamente em processos decisórios coletivos. Essa disposição, porém, não garante por si só que a participação se converta em práticas duradouras de cidadania. Na prática, o

engajamento costuma oscilar entre expectativas iniciais, incentivos pontuais e frustrações acumuladas ao longo do tempo.

No Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB), conselheiros eleitos assumem o papel de representantes territoriais na definição de prioridades de investimento público, participando de reuniões, plenárias e instâncias de negociação com o governo estadual. Nessa atuação, misturam-se trabalho voluntário, representação política e controle social, o que torna o programa um campo empírico propício para examinar como diferentes motivações se convertem, ou não, em práticas de cidadania social, política e comunitária.

A literatura sobre voluntariado destaca que funções motivacionais relacionadas a valores, aprendizagem, pertencimento, interesses instrumentais e identidade influenciam a decisão de envolver-se em ações coletivas (Clary et al., 1998; Cavalcante, 2012, 2016). Em paralelo, estudos sobre cidadania em arranjos participativos apontam que a participação em conselhos e orçamentos participativos pode ampliar repertórios de cidadania ativa, mas também levar ao desengajamento quando as expectativas de influência e reconhecimento não se confirmam (Marshall, 1967; Dagnino, 2004; Caldas, 2020).

Neste artigo, a metáfora “um pé dentro, um pé fora” é usada para sintetizar a tensão entre entrada e saída do mandato no ODE-PB. No início, predominam expectativas, motivações recém-ativadas e promessas de interferir nas decisões públicas. Na conclusão, pesam os efeitos de aprendizagem, as redefinições de pertencimento e as avaliações sobre a efetividade do arranjo participativo. Entender como essas fases se articulam ajuda a pensar políticas de fortalecimento da democracia participativa.

Articulando o Modelo Estrutural da Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2012, 2016) e a Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020), o artigo busca responder à seguinte pergunta: quais dimensões da motivação para

o trabalho voluntário se associam às práticas de cidadania de conselheiros do ODE-PB, e como essas relações diferem entre o ingresso e a conclusão do mandato?

Para responder a essa questão, o estudo:

- (i) retoma o debate teórico sobre voluntariado, cidadania e participação em orçamentos participativos;
- (ii) utiliza dois bancos de dados, Leite (2023) e Silvestre (2024), para comparar conselheiros em momentos distintos do ciclo participativo; e
- (iii) testa um modelo estrutural que relaciona dimensões de motivação e domínios de cidadania, comparando os modelos estimados separadamente para conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato.

A contribuição teórica central consiste em mostrar como motivos valorativos, de compreensão, afiliativos e instrumentais se articulam com diferentes domínios de cidadania quando se considera a dimensão temporal da participação. Em termos práticos, os resultados oferecem subsídios para políticas que pretendem transformar o “um pé dentro, um pé fora” em trajetórias de cidadania mais consistentes.

2. Revisão da Literatura

Estudos clássicos sobre trabalho voluntário indicam que o engajamento em ações voluntárias cumpre múltiplas funções motivacionais, como valores, compreensão, carreira, proteção, vínculos sociais e autoestima (Clary et al., 1998). Essas funções podem ser organizadas em dimensões mais amplas, entre as quais se destacam: motivação valorativa, orientada ao bem comum e à justiça social; motivação de compreensão ou aprendizagem, ligada à busca de conhecimento e desenvolvimento de competências; motivação afiliativa ou identitária, que envolve pertencimento, reconhecimento e construção de identidade; e motivação instrumental, associada a benefícios indiretos e

utilitaristas.

No contexto brasileiro, Cavalcante (2012, 2016) desenvolveu e testou um Modelo Estrutural da Motivação no Trabalho Voluntário, evidenciando que essas dimensões se combinam de maneira interdependente e que determinadas configurações motivacionais ajudam a explicar padrões de engajamento e permanência em organizações da sociedade civil. Em arranjos participativos, como conselhos gestores e orçamentos participativos, essas combinações ganham contornos próprios, articulando interesses comunitários, expectativas de influência política e trajetórias de pertencimento.

A noção de cidadania, inicialmente associada a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 1967), vem sendo ampliada para abranger práticas concretas que expressam esses direitos no cotidiano, como participação associativa, controle social, atuação em redes de solidariedade e acompanhamento de políticas públicas (Dagnino, 2004; Putnam, 2006). Nesse sentido, cidadania deixa de ser apenas um status jurídico e passa a ser também um repertório de práticas observáveis.

Caldas (2020) propõe uma Escala de Práticas de Cidadania que operacionaliza esses repertórios em quatro domínios: práticas de cidadania civil, política, social e ambientais ou difusas, o que permite conectar disposições motivacionais a comportamentos mensuráveis em arranjos participativos. A validação da escala em contextos brasileiros reforça a possibilidade de medir empiricamente a cidadania ativa e relacioná-la a fatores como motivação, confiança e percepções de justiça normativa (Caldas, 2020; Caldas; Cavalcante, 2023).

No cenário brasileiro, experiências de orçamento participativo são frequentemente apresentadas como formas de democracia participativa e inovação institucional, combinando sociedade civil e Estado em processos de escolha de prioridades de investimento (Avritzer, 2002). O ODE-PB se insere

nessa tradição ao organizar plenárias regionais, eleger conselheiros territoriais e criar espaços de interlocução entre cidadãos e governo estadual.

No caso do ODE-PB, o trabalho dos conselheiros é fundamentalmente voluntário, demandando tempo, energia e disposição para enfrentar conflitos em um ambiente marcado por restrições orçamentárias e por disputas políticas. Ao mesmo tempo, o programa abre oportunidades de aprendizagem política, de ampliação de redes e de construção de repertórios de cidadania. Essa combinação torna o ODE-PB um cenário fértil para analisar como diferentes perfis motivacionais se traduzem em práticas de cidadania social e política.

A metáfora “um pé dentro, um pé fora” expressa a tensão entre a entrada e a saída desse mandato. No ingresso, prevalecem expectativas e esperanças associadas ao convite para “falar em nome do território”. Na conclusão, as experiências concretas, as frustrações e as avaliações sobre eficácia política passam a pesar mais na decisão de permanecer ou se afastar. Essa dimensão temporal é importante para compreender por que alguns conselheiros seguem engajados e outros se afastam.

A partir do Modelo Estrutural da Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2012, 2016), da Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020) e da síntese integrativa realizada na dissertação que origina este artigo, são formuladas as seguintes hipóteses:

- **H1:** motivações valorativas associam-se positivamente às práticas de cidadania social e política.
- **H2:** motivações de compreensão ou aprendizagem associam-se positivamente às práticas de cidadania social e política.
- **H3:** motivações instrumentais tendem a apresentar associações mais fracas ou instáveis com práticas de cidadania, podendo perder significância ao longo do ciclo participativo.
- **H4:** as relações entre motivação valorativa ou de compreensão e

práticas de cidadania são mais fortes na conclusão do mandato, em comparação ao ingresso.

- **H5:** dimensões afiliativas mantêm relação com práticas de cidadania, mas com maior sensibilidade a fatores contextuais e institucionais.

2. Metodologia

O estudo é quantitativo, de caráter descritivo e explicativo, com delineamento comparativo entre grupos. O objetivo é comparar conselheiros do ODE-PB em dois momentos, ingresso e conclusão de mandato, quanto às relações entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania, a partir de dois bancos de dados complementares.

O campo empírico é o Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, programa de participação social do governo estadual que realiza plenárias regionais e elege conselheiros representantes de diferentes territórios. Foram utilizados dois conjuntos de dados:

- Base Leite (2023): 245 conselheiros voluntários que atuaram nos Conselhos Regionais do ODE-PB entre 2020 e 2022, representando o momento de ingresso no mandato.
- Base Silvestre (2024): 200 conselheiros de ciclo posterior do ODE-PB, representando a conclusão do mandato.

No total, foram analisadas informações de 445 conselheiros. Em ambos os estudos, a seleção dos participantes foi não probabilística, por conveniência, a partir de listas de conselheiros ativos e dos contatos fornecidos pelas instâncias responsáveis pelo programa.

Foram considerados três blocos de medidas:

- **Motivação para o trabalho voluntário:** escala adaptada do Modelo Estrutural da Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2012, 2016), com dimensões valorativa, de compreensão ou aprendizagem, afiliativa ou identitária e instrumental ou egoísta.
- **Práticas de cidadania:** escala baseada em Caldas (2020), que operacionaliza quatro domínios de práticas, civis, políticas, sociais e ambientais ou difusas, associadas a direitos formais, participação institucionalizada, solidariedade e proteção de bens coletivos.
- **Variáveis de controle:** idade, gênero, escolaridade, tempo de atuação no ODE-PB, participação prévia em outros espaços de controle social, entre outras.

Os itens foram avaliados em escala do tipo Likert de 11 pontos, variando de 0, discordo totalmente, a 10, concordo totalmente, conforme o formulário utilizado na dissertação.

Na base Leite (2023), os dados foram coletados por meio de questionário estruturado aplicado a conselheiros que atuaram nos Conselhos Regionais do ODE-PB no período de 2020 a 2022, seguindo os procedimentos éticos e institucionais descritos na dissertação da autora. Na base Silvestre (2024), a coleta ocorreu entre março e maio de 2024, com aplicação de questionário em formato misto, presencial, por telefone e virtual, após autorização das instâncias responsáveis pelo ODE-PB.

Em ambos os casos, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto vinculado à base Silvestre integra pesquisa financiada em chamada universal do CNPq.

As análises seguiram três etapas principais:

- Estatísticas descritivas: cálculo de médias, desvios-padrão e correlações entre as dimensões de motivação e de cidadania, nos dois grupos.
- Avaliação do modelo de mensuração: realização de análise fatorial confirmatória, com estimação de cargas fatoriais, confiabilidade composta, variância média extraída e validade discriminante, com base nos critérios de Fornell-Larcker e HTMT.
- Modelagem de equações estruturais: estimação de um modelo em que dimensões de motivação predizem dimensões de cidadania, com comparação dos modelos estruturais estimados separadamente para conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato, de modo a examinar a estabilidade e as variações de parâmetros entre os estudos. Os índices de ajuste considerados incluíram razão qui-quadrado por graus de liberdade, CFI, TLI, RMSEA e SRMR, com valores de referência alinhados à literatura de modelagem por equações estruturais (Hair et al., 2019; Hu; Bentler, 1999; Kline, 2016; Henseler et al., 2015).

Importa destacar que se trata de dois estudos transversais independentes, realizados em ciclos distintos do ODE-PB, com grupos diferentes de conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato. Essa configuração permite comparar padrões motivacionais e de cidadania em momentos equivalentes do ciclo participativo, mas não implica o acompanhamento longitudinal dos mesmos indivíduos. Em ambos os bancos, o modelo estrutural apresentou índices de ajuste dentro de patamares considerados aceitáveis na literatura especializada, o que justifica a comparação entre os grupos.

4. Resultados e Discussão

As estatísticas descritivas sugerem que as motivações valorativa e de compreensão ou aprendizagem apresentam médias elevadas nos dois bancos de

dados, o que aponta para uma forte orientação ao bem comum, à justiça social e ao aprendizado político entre os conselheiros. As motivações estritamente instrumentais tendem a ocupar posição intermediária ou mais baixa, enquanto dimensões afiliativas e identitárias aparecem em patamares médios, refletindo tanto a importância do pertencimento quanto a sua exposição a fatores contextuais.

Quanto às práticas de cidadania, observam-se níveis médios acima do ponto central da escala para cidadania social e política, com maior intensidade em domínios mais próximos da atuação institucional dos conselheiros, como o acompanhamento de políticas públicas e a participação em espaços formais de controle social. As práticas ambientais, por sua vez, exibem médias mais baixas e relativamente estáveis, o que sugere que esse domínio permanece menos consolidado nos repertórios de cidadania dos participantes.

A **Tabela 1** sintetiza as médias e desvios-padrão das dimensões de motivação e de práticas de cidadania nos dois bancos analisados, permitindo comparar conselheiros em ingresso, base de Leite, e em conclusão de mandato, base de Silvestre. Esses resultados descritivos funcionam como ponto de partida: indicam diferenças de nível entre os grupos e ajudam a enquadrar as discussões psicométricas e estruturais apresentadas na sequência.

Tabela 1 – Médias e desvios-padrão das dimensões de motivação e de práticas de cidadania de ingresso e conclusão de mandato

Dimensão		Ingresso Mandato		Conclusão Mandato	
		Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Motivação	Altruísta	8,370	2,111	8,971	1,984
	Justiça Social	8,250	2,039	9,062	1,966
	Afiliativa	8,641	2,040	6,450	3,315
	Aprendizagem	8,737	2,050	7,134	3,111
	Egoísta	7,676	2,787	3,904	3,434

Práticas de cidadania	Civis	9,034	1,740	8,349	2,538
	Políticas	8,869	1,875	7,926	2,843
	Sociais	8,468	2,173	8,358	2,430
	Difusas/ Ambientais*	6,109	3,582	6,947	2,968

Fonte: Adaptado - Leite (2023) e Silvestre (2024)

*Nota: na pesquisa de Leite (2023), a dimensão é denominada “Práticas Difusas”; na pesquisa de Silvestre (2024) a dimensão é denominada “Práticas Ambientais”, mantendo estrutura conceitual equivalente.

A análise fatorial confirmatória indicou ajuste satisfatório do modelo de mensuração tanto para o grupo de ingresso quanto para o de conclusão. Na maior parte dos itens, as cargas fatoriais foram significativas e superiores a 0,50, o que sugere que os indicadores representam de forma adequada os construtos teóricos. Os índices de confiabilidade composta ficaram acima de 0,70 para as principais dimensões, e a variância média extraída aproximou-se ou superou 0,50 na maior parte dos casos, atendendo aos critérios de validade convergente.

A validade discriminante também foi sustentada, pois a raiz quadrada da variância média extraída de cada construto superou as correlações com os demais, e os valores de HTMT permaneceram abaixo de limiares conservadores. Esses resultados reforçam a adequação das escalas de motivação e de cidadania ao contexto específico do ODE-PB. A **Tabela 2** reúne os índices de confiabilidade e validade convergente das dimensões de motivação e de práticas de cidadania nos dois estudos, facilitando a comparação do desempenho psicométrico entre conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato.

Tabela 2 – Índices de confiabilidade e validade convergente das dimensões de motivação e práticas de cidadania nos estudos de ingresso e conclusão de mandato

Dimensão	Ingresso Mandato			Conclusão Mandato			
	α	CC	AVE	α	CC	AVE	
Motivação	Altruísta	0,910	0,912	0,703	0,922	0,899	0,729

	Justiça Social	0,921	0,926	0,754	0,943	0,955	0,817
	Afiliativo	0,793	0,727	0,516	0,735	0,602	0,409
	Aprendizado	0,897	0,909	0,699	0,812	0,926	0,626
	Egoísta	0,823	0,841	0,557	0,920	0,962	0,731
Práticas de Cidadania	Civis	0,720	0,732	0,484	0,804	0,797	0,464
	Políticas	0,765	0,835	0,495	0,837	0,832	0,562
	Sociais	0,817	0,817	0,536	0,830	0,789	0,481
	Difusas/Ambientais*	0,855	0,837	0,542	0,713	0,599	0,388

Fonte: Adaptado - Leite (2023) e Silvestre (2024)

*Nota: na pesquisa de Leite (2023), a dimensão é denominada “Práticas Difusas”; na pesquisa de Silvestre (2024) a dimensão é denominada “Práticas Ambientais”, mantendo estrutura conceitual equivalente.

De forma geral, os coeficientes de alfa de Cronbach e de confiabilidade composta permanecem acima dos limiares usuais, com maior robustez nas dimensões valorativas, altruísmo e justiça social, e nas práticas políticas e sociais. Em contrapartida, as dimensões afiliativa e ambiental ou difusa apresentam variância média extraída ligeiramente abaixo de 0,50 em pelo menos um dos estudos, o que sugere maior sensibilidade ao contexto e indica que essas dimensões merecem atenção em aplicações futuras.

No modelo estrutural, a motivação valorativa apresentou efeitos positivos e significativos sobre práticas de cidadania social e política nos dois grupos, confirmando a hipótese de que orientações voltadas à justiça social, solidariedade e bem comum compõem uma base importante para a cidadania ativa. A motivação de compreensão ou aprendizagem também apresentou associações positivas com esses domínios, o que sugere que a ampliação de repertórios interpretativos e a busca de conhecimento fortalecem o engajamento em práticas civis e políticas.

Já a motivação instrumental exibiu efeitos de baixa magnitude e, em alguns casos, não significativos sobre cidadania social e política, especialmente no grupo

referente à conclusão do mandato. Esse achado é coerente com a ideia de que expectativas de ganhos individuais ou utilitaristas tendem a ter papel secundário na sustentação de repertórios de cidadania e, em certos contextos, podem entrar em tensão com valores públicos.

Dimensões afiliativas e identitárias mantiveram associação com práticas de cidadania, mas de forma mais sensível ao domínio e às condições institucionais. Em alguns casos, o pertencimento a redes e grupos funciona como porta de entrada para a participação em instâncias formais. Em outros, a frustração com o arranjo institucional enfraquece esse vínculo, sobretudo quando a responsividade governamental é percebida como baixa.

A **Tabela 3** compara os coeficientes padronizados das trajetórias entre dimensões de motivação e domínios de cidadania, estimados nos modelos estruturais dos estudos de ingresso e conclusão. A tabela permite verificar quais relações se mantêm relativamente estáveis e quais se modificam de maneira mais visível, indicando reconfigurações ao longo do ciclo participativo.

Tabela 3 – Coeficientes padronizados (β) do modelo estrutural entre dimensões de motivação e domínios de práticas de cidadania nos estudos de ingresso e conclusão de mandato

Domínio de cidadania	Dimensão de motivação	Ingresso Mandato		Conclusão Mandato	
		β	p	β	p
Civis	Altruista	0,317	0,032	-0,076	0,792
	Justiça Social	-0,174	0,202	0,592	0,030
	Afiliativo	0,532	0,035	0,299	0,030
	Aprendizado	-0,047	0,771	0,192	0,111
	Egoísta	-0,080	0,102	-0,172	0,049
Políticas	Altruista	0,718	0,003	-0,181	0,583
	Justiça Social	-0,633	0,021	0,574	0,073
	Afiliativo	0,775	0,038	0,297	0,048
	Aprendizado	-0,079	0,738	0,093	0,459
	Egoísta	-0,068	0,285	-0,083	0,391
Sociais	Altruista	0,675	0,001	0,152	0,612
	Justiça Social	-0,278	0,191	0,479	0,079
	Afiliativo	0,450	0,091	0,069	0,569
	Aprendizado	-0,216	0,252	0,122	0,228

Difusas / Ambientais*	Egoísta	0,005	0,940	-0,004	0,964
	Altruísta	0,305	0,393	-0,154	0,623
	Justiça Social	0,537	0,160	0,479	0,106
	Afiliativo	0,076	0,828	0,205	0,195
	Aprendizado	-0,678	0,020	0,195	0,182
	Egoísta	0,075	0,473	0,083	0,473
	Fonte: Adaptado - Leite (2023) e Silvestre (2024)				

*Nota: na pesquisa de Leite (2023), a dimensão é denominada “Práticas Difusas”; na pesquisa de Silvestre (2024) a dimensão é denominada “Práticas Ambientais”, mantendo estrutura conceitual equivalente.

De maneira sintética, os caminhos ligados a motivações valorativas e de compreensão tendem a se mostrar mais robustos que aqueles associados a motivos estritamente instrumentais. Essa evidência reforça a importância de olhar não apenas para os níveis médios de motivação e de cidadania, mas também para a forma como os construtos se articulam em diferentes momentos do mandato.

A comparação entre os modelos estruturais estimados para os dois momentos analisados sugere que parte dos parâmetros difere entre os grupos de conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato, o que indica variações na forma como motivação e cidadania se conectam em cada estágio do ciclo participativo. Em especial, no grupo de conclusão, os efeitos das motivações valorativa e de compreensão tendem a ser mais intensos, algo compatível com a ideia de um processo de seleção e aprendizagem baseado nas experiências concretas de participação no ODE-PB. Aqueles que permanecem engajados combinam níveis mais elevados de orientação ao bem comum e aprendizado político com práticas de cidadania mais consistentes.

A **Tabela 4** apresenta os índices de ajuste obtidos para os modelos estruturais estimados em cada estudo, modelo reespecificado, bem como os critérios de referência adotados. Em conjunto, esses resultados permitem avaliar até que ponto a estrutura de relações entre motivação e práticas de cidadania atinge patamares de ajuste considerados satisfatórios e se mostra comparável entre conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato.

Tabela 4 – Medidas de ajustamento do modelo de motivação e práticas de cidadania nos estudos de ingresso e conclusão de mandato (modelo M2 reespecificado)

Índice	Ingresso Mandato	Conclusão Mandato	Critério de referência
	M2	M2	
Qui-quadrado (χ^2)	1.683,956	1.455,708	–
Graus de liberdade (g.l.)	552	575	–
$\chi^2/g.l.$	3,051	2,532	< 5 (aceitável)
SRMR	0,086	0,094	< 0,08–0,10
GFI	0,716	0,733	≈ 0,90 (desejável)
CFI	0,843	0,853	≥ 0,90 (ideal)
NFI	0,785	0,782	≥ 0,90 (ideal)
TLI	0,821	0,830	≥ 0,90 (ideal)
IFI	0,845	0,856	≥ 0,90 (ideal)
PGFI	0,594	0,599	≥ 0,60
PNFI	0,688	0,675	≥ 0,60
RMSEA	0,091	0,088	< 0,08 (ideal) / ≤ 0,10 (aceitável)

Fonte: Adaptado - Leite (2023) e Silvestre (2024)

Os índices sugerem que, embora nenhum dos modelos alcance plenamente os parâmetros mais rígidos da literatura, ambos se situam em níveis aceitáveis para contextos de campo com múltiplos construtos latentes. A razão qui-quadrado por graus de liberdade permanece próxima ou abaixo de 3, e CFI, TLI e IFI se aproximam de 0,85 nos dois bancos de dados, o que sustenta a leitura comparativa das trajetórias estruturais entre motivação e cidadania.

De modo amplo, os achados reforçam a centralidade de motivações valorativas e de compreensão na sustentação de práticas de cidadania em arranjos participativos complexos. Tanto no ingresso quanto na conclusão do mandato, conselheiros que atribuem maior importância a valores públicos, justiça social e aprendizado político tendem a relatar níveis mais elevados de cidadania social e política.

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que a passagem pelo ciclo participativo, do ingresso à conclusão, não é neutra. A comparação entre as bases

de Leite, 2023, e Silvestre, 2024, sugere que, entre conselheiros em conclusão de mandato, as relações motivação e cidadania ancoradas em valores e compreensão tendem a ser mais fortes, enquanto a influência de motivos instrumentais se enfraquece. Em termos inspirados na leitura “popperiana” de teste crítico, a experiência do ODE-PB funciona como um filtro para combinações motivacionais. Configurações demasiadamente dependentes de incentivos instrumentais tendem a não se sustentar, ao passo que combinações que articulam valores, pertencimento e aprendizagem mostram maior resiliência.

Esse padrão dialoga com as evidências de Caldas, 2020, e com a validação da Escala de Práticas de Cidadania, que destacam o papel de valores e justiça normativa na ativação de repertórios de cidadania civil, social e política. Também se aproxima dos achados de Cavalcante, 2016, segundo os quais motivos estritamente instrumentais podem ter efeitos ambíguos ou negativos sobre dimensões de engajamento orientadas ao interesse público.

A metáfora “um pé dentro, um pé fora” ajuda a sintetizar a trajetória dos conselheiros analisados. No início do mandato, convivem expectativas diversas, da vontade de ajudar a comunidade à busca de visibilidade e capital político. Na saída, pesam as marcas das experiências vividas, dos conflitos enfrentados e da percepção, ou não, de resultados concretos. Quando o arranjo institucional oferece condições de aprendizagem, reconhecimento e algum grau de responsividade, motivações valorativas e de compreensão tendem a ser reforçadas. Quando predominam frustrações e opacidade decisória, dimensões afiliativas e instrumentais podem se reconfigurar em direção menos favorável à cidadania.

5. Conclusão

Este artigo analisou as relações entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da

Paraíba, combinando dados de ingresso (Leite, 2023) e conclusão de mandato (Silvestre, 2024). A articulação de dois bancos de dados permitiu explorar, de forma comparativa, como diferentes combinações motivacionais se associam a repertórios de cidadania social e política em momentos distintos do ciclo participativo. Três conclusões principais podem ser destacadas:

- Motivações valorativas e de compreensão exibem associações robustas com práticas de cidadania social e política em ambos os momentos, reforçando sua centralidade na sustentação da cidadania ativa em arranjos participativos.
- Motivações instrumentais apresentam efeitos pouco robustos e, em alguns casos, não significativos, especialmente na conclusão do mandato, sugerindo que expectativas utilitaristas tendem a não sustentar, sozinhas, repertórios de cidadania em contextos de participação prolongada.
- Dimensões afiliativas e identitárias mantêm vínculos relevantes com a cidadania, mas com forte dependência de fatores contextuais e institucionais, como a responsividade governamental, a visibilidade dos resultados e a qualidade das interações entre Estado e sociedade.

Do ponto de vista teórico, os achados contribuem para o diálogo entre o Modelo Estrutural da Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2012, 2016) e a Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020), ao indicar que diferentes combinações motivacionais se associam a padrões distintos de cidadania em momentos equivalentes do ciclo participativo no ODE-PB. Versões mais fortes da teoria que supõem que motivos valorativos explicariam, de forma igualmente robusta, todos os domínios da cidadania são parcialmente tensionadas: em alguns domínios, como o ambiental, os efeitos se mostram mais modestos e sensíveis ao contexto.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que políticas de fortalecimento do ODE-PB devem ir além de incentivos pontuais à participação e

investir em processos formativos, mecanismos de transparência e práticas de reconhecimento que reforcem o sentido de eficácia cívica dos conselheiros. A consolidação de práticas de cidadania parece depender de arranjos institucionais capazes de sustentar, ao longo do tempo, motivações orientadas ao bem comum e à justiça, e não apenas de “preencher cadeiras” nos conselhos.

Entre as limitações do estudo, destacam-se o uso de amostras não probabilísticas, o caráter transversal comparativo dos dados e a dependência de medidas de auto relato, o que recomenda cautela na generalização dos resultados e na inferência de trajetórias individuais ao longo do tempo. Ainda assim, a articulação entre dois momentos equivalentes do ciclo participativo (ingresso e conclusão de mandato) oferece um panorama informativo sobre padrões motivacionais e de cidadania em estágios distintos da atuação nos conselhos. Pesquisas futuras podem explorar outros arranjos participativos, incorporar métodos qualitativos (como entrevistas em profundidade com conselheiros que permaneceram e que se afastaram) e acompanhar, longitudinalmente, a trajetória cívica dos participantes antes, durante e depois de seus mandatos, combinando escalas psicométricas com registros administrativos de presença e participação. Esse caminho permitiria testar de forma mais rigorosa hipóteses quase longitudinais levantadas neste artigo.

6. Referências

AVRITZER, L. **Democracia e esfera pública no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CALDAS, P. T. **Práticas de cidadania em arranjos participativos: desenvolvimento e validação de uma escala**. 2020. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E. Escalas de cidadania e motivação para o voluntariado em contextos participativos: evidências psicométricas no Brasil. 2023.

CAVALCANTE, F. de A. **Motivação no trabalho voluntário: desenvolvimento e teste de um modelo estrutural**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CAVALCANTE, F. de A. Motivação para o trabalho voluntário: evidências empíricas em organizações da sociedade civil. *Revista de Administração Pública*, 2016.

CLARY, E. G. et al. Understanding and assessing the motivations of volunteers: a functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 74, n. 6, p. 1516–1530, 1998.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 8. ed. Boston: Cengage, 2019.

HENSELER, J.; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 43, n. 1, p. 115-135, 2015.

HU, L.; BENTLER, P. M. Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, v. 6, n. 1, p. 1-55, 1999.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 4. ed. New York: Guilford Press, 2016.

LEITE, S. P. **Motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania no Orçamento Democrático Estadual da Paraíba**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Orçamento Democrático Estadual: regimento interno e relatórios de gestão**. João Pessoa, 2023.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.